AGENDA LEGISLATIVA

24 A 28 DE NOVEMBRO DE 2025

CONGRESSO NACIONAL

Quarta-feira (26/11)

OUTROS EVENTOS / Plenário do Senado Federal, 10h00

Sessão Não Deliberativa Solene - **Tema**: Sessão Solene destinada a celebrar os 80 anos da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Segunda-feira (24/11)

PL 2338/2023 - COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO QUE "DISPÕE SOBRE O DESENVOLVIMENTO, O FOMENTO E O USO ÉTICO E RESPONSÁVEL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COM BASE NA CENTRALIDADE DA PESSOA HUMANA"

Seminário - **Tema**: Proteção de Direitos Fundamentais e Novas Tecnologias por Soberania Digital e sua Regulamentação
Convidados:

- Deputada Luizianne Lins (PT/CE), membro da Comissão Especial de Inteligência Artificial da Câmara dos Deputados e Coordenadora do Seminário;
- Davi Romero De Vasconcelos, Pró-Reitor de Graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC);
- Inácio Arruda, secretário de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social (SEDES) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);
- Deputado Cláudio Pinho (PDT), presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Educação Superior da Assembleia Legislativa do Ceará (ALECE);
- Reynaldo Aragon, representante do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Disputa e Soberania Informacional (INCT-DSI);
- Julio Araújo, professor titular da Universidade Federal do Ceará (UFC);
- Rodrigo Santaella Gonçalves, membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas DA Universidade Estadual do Ceará;
- Ary Engracia Garcia Neto, mestrando internacional em Inteligência Artificial Generativa pela *American Global Tech University* da Flórida e pós-graduando em Inteligência Artificial para Negócios pela Faculdade;
- José Vital, representante do Instituto Nacional por Inteligência Artificial com Direitos Sociais (INIADS);
- Paulo Henrique, representante da Comissão Direito Sindical OAB/Ceará;
- Enedina Soares, representante da Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Ceará;
- José Eduardo, representante do Sindicato dos Bancários do Ceará (SEEB/CE);
- André Fernandes, pesquisador do IP.rec, representante da Coalização Direitos da Rede;
- Representante da Meta Platforms Inc. (Facebook, Instagram, WhatsApp);
- Jonathan Goudinho, *head of Government and Regulatory Affairs* da IBM Brazil; e
- Mauro Olivieira, professor de Saúde Digital do IFCE e do doutorado da Fiocruz, idealizador do Pirambu Innovation e do Iracema Digital.

Terça-feira (25/11)

CPD - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA / Anexo II, Plenário 13, 13h00

PL 2534/2025 - Dispõe sobre Programa de combate ao cyberbuling contra pessoas com deficiência Item nº 622.
Autor: Leo Prates (PDT/BA)
Relator: Geraldo Resende (PSDB/MS)
Parecer: Parecer do Relator, Dep. Geraldo Resende (PSDB-MS), pela aprovação deste e do Substitutivo Adotado pela Comissão de Comunicação, com substitutivo.

PEC 34/2024 - COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA QUE "INCLUI A PRIMEIRA INFÂNCIA COMO BENEFICIÁRIA DE DIREITOS E GARANTIAS, NO TEXTO CONSTITUCIONAL" / Anexo II, Plenário 14, 14h00

Audiência Pública - **Tema**: O desenvolvimento infantil e os desafios da proteção integral das crianças na era digital.
Convidados:

- Camilo Sobreira Santana, ministro de Educação (MEC);
- Macaé Maria Evaristo dos Santos, ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC);
- Sidônio Cardoso Palmeira, ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SRI/PR);
- Lucas Borges, gerente de Projeto do Conselho Diretor da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- Kelli Angelini, Assessora em Políticas Públicas Digitais do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br);
- Luiza Teixeira, especialista em Proteção de Crianças e Adolescentes do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF BRASIL); e
- Maria Mello, coordenadora do Instituto Alana Programa Criança e Consumo.

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Anexo II, Plenário 01, 14h30

PL 2709/2024 - Altera a Lei n.º 8.069, de 12 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para determinar a realização de campanhas permanentes sobre os riscos dos conteúdos digitais que envolva a violência e exploração sexual de crianças e adolescentes. Item nº 10.
Explicação: Prevê a utilização de tecnologias para identificar e remover deepfakes, e outros materiais que envolva a violência e exploração sexual de crianças e adolescentes.
Autor: Rogéria Santos (REPUBLICANOS/BA)
Relator: Marreca Filho (PRD/MA)
Parecer: Pela aprovação da Redação Final.

PLP 29/2022 - Dispõe sobre a contagem de prazo para pagamento de tributos Item nº 16.
Explicação: propõe, entre outros, que os prazos para pagamento só se iniciam ou vencem em dias úteis, respeitando-se os feriados da União, do Estado e do Município onde for o domicílio tributário do sujeito passivo, independentemente da competência tributária do sujeito ativo.
Autor: Caroline de Toni (PL/SC)
Relator: Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP)
Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do PLP 63/2023, apensado, na forma do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), com subemenda de redação.

PL 1513/2011 - Dispõe sobre a política de contratação e licenciamento de obras intelectuais subvencionadas pelos entes do Poder Público e pelos entes de Direito Privado sob controle acionário de entes da administração pública. Item nº 18.
Explicação: define como licença livre a licença de direito autoral ou de software que permita que terceiros usufruam de direitos patrimoniais sobre certa obra como, especificamente, o direito de cópia, distribuição, transmissão, publicação, retransmissão, criação de obras derivadas, desde que preservado o direito de atribuição do autor, não vise vantagem comercial e as obras derivadas sejam licenciadas sob a mesma licença que a obra original.
Relator: Helder Salomão (PT/ES)
Parecer: Pela aprovação deste e do Substitutivo da Comissão de Educação (CE), na forma da Subemenda Substitutiva da Comissão de Cultura (CCUL), com subemenda substitutiva.

PL 3066/2025 - Institui medidas de enfrentamento e repressão aos crimes de pornografia de crianças e adolescentes relacionados ao uso de inteligência artificial e de técnicas de mascaramento de endereço de IP empregadas para viabilizar a prática de crimes relacionados à pornografia infantil na internet, altera a Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos) e a Lei nº 12.850/2013 (Lei das Organizações Criminosas) para recrudescer o tratamento penal aos criminosos sexuais. Item nº 26.
Autor: Osmar Terra (PL/RS)

Relator: Soraya Santos (PL/RJ)
Parecer: Pela aprovação.

PL 2/2023 (Nº Anterior: PLS 144/2018) - Altera a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, para inserir nova infração concorrencial. Item nº 28.
Explicação: Acrescenta como conduta que caracteriza infração de ordem econômica: exercer o direito de petição ou de ação com finalidade ou de forma anticompetitiva.
Autor: Roberto Muniz (PP/BA)
Relator: Nicoletti (UNIÃO/RR)
Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE).

PL 580/2023 - Submete a desconstituição da coisa julgada tributária, contrária à decisão proferida em controle concentrado ou em sede de repercussão geral, à ação rescisória. Item nº 35.
Explicação: estabelece não ser mais possível exigir do pagador de tributo, que já detinha coisa julgada em seu favor, p acompanhamento das decisões do Supremo Tribunal Federal sobre temas tributários.
Autor: Gilson Marques (NOVO/SC)
Relator: Julia Zanatta (PL/SC)
Parecer: Pela aprovação deste e do PL 731/2023, apensado, com substitutivo.

GTAMBDIG - GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A ESTUDAR E PROPOR SOLUÇÕES LEGISLATIVAS ACERCA DA PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM AMBIENTE DIGITAL

Visita Técnica - **Tema**: Visita Técnica à Polícia Federal

CTRAB - COMISSÃO DE TRABALHO / Anexo II, Plenário 12, 16h00

Audiência Pública - **Tema**: Criação dos Núcleos de Mediação de Conflitos Individuais do Trabalho
Convidados
- Representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Representante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI);
- Representante do Ministério Público do Trabalho (MPT);
- Leonardo Jorge, diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional das Magistradas e Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA);
- Tiago Ranieri, diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT);
- Sérgio Luiz Leite, presidente do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT);
- Valeir Ertle, representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT);
- Joílson Antônio Cardoso do Nascimento, representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB);
- Francisco Canindé Pegado do Nascimento, representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT);
- José Roberto Tadros, presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); e
- Ricardo Alban, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

CASP - COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO / Auditório Nereu Ramos, 16h30

Audiência Pública - **Tema**: Os reflexos da Reforma Administrativa no Serviço Público brasileiro
Convidados:
- Esther Dweck, ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI);
- Alessandra Matias Barbosa, coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciários de Minas Gerais (SITRAEMG);
- Alexandre Lima Santos, coordenador geral da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário nos Estados (FENAJUD);
- Aluizo Lucena, diretor Financeiro da Associação Nacional dos Procuradores e Advogados Públicos Federais (ANPPREV);
- Bob Everson Carvalho Machado, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho (SINAIT);
- Claudia Márcia de Carvalho Soares, presidente da Associação Brasileira dos Magistrados do Trabalho (ABMT);
- Dão Real Pereira dos Santos, presidente do Sindifisco Nacional;
- Edna Rosangela Dias Velho, presidente Regional Brasília do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (SINAL);
- Fábio Rosa, presidente do Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação (SINAGÊNCIAS);

- Fabrizio Pieroni, procurador e diretor da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e DF (ANAPE);
- Fernanda Maria da Costa Vieira, secretária geral do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN);
- Francisco Gabriel Nicolia, diretor da Pública
- João Fábio de Lima Noronha, diretor adjunto da Associação Nacional dos Advogados da União (ANAUNI);
- Janus Pablo Fonseca de Macedo, vice-presidente do Instituto Servir Brasil;
- João Batista Fernandes de Sousa, presidente da Federação das Entidades Sindicais de Oficiais de Justiça do Brasil (FESOJUS);
- João Domingos Gomes dos Santos, presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB);
- Miguel Arcanjo Simas Novo, presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP);
- Norma Lúcia, presidente do Sindicato dos Especialistas de Educação do Magistério Municipal de São Paulo (SINESP);
- Rodolfo Laterza, presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (ADEPOL);
- Sergio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef);
- Soraia Garcia Marca, coordenadora geral da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe);
- Thales Freitas Alves, presidente do Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal (SINDIRECEITA); e
- Valéria Gomes Ferreira, presidente do Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional (SINPROFAZ).

CEDES - CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS / Anexo II, Plenário 04, 17h00

Reunião Técnica - **Tema**: Impactos da pejotização: consequências econômicas e fiscais

Quarta-feira (26/11)

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO / Anexo II, Plenário 10, 09h30

PL 5827/2019 - Altera a Lei nº 8.958, de 1994, para permitir a utilização dos recursos captados por instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica nas finalidades que especifica. Item nº 14.
Explicação: autoriza IFES e ICTs a celebrar convênios e contratos, por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos.
Autor: Sanderson (PL/RS)
Relator: Nikolas Ferreira (PL/MG)
Parecer: Pela aprovação na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI).

PL 1931/2025 - Institui o Programa Nacional “Escola 4.0”, destinado à expansão do ensino técnico-profissionalizante em áreas tecnológicas, com foco em empregabilidade, inovação e parcerias com o setor privado. Item nº 33.
Autor: Fabio Schiochet (UNIÃO/SC)
Relator: Duda Ramos (MDB/RR)
Parecer: Pela aprovação deste, com substitutivo.

CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / Anexo II, Plenário 13, 09h30

Audiência Pública - **Tema**: Inteligência Artificial no Sistema de Justiça: impactos no trabalho e no acesso à Justiça
Convidados:
- João Paulo Schoucair. presidente da Comissão de Tecnologia da Informação e Inovação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- Paulo Passos, presidente da Estratégia Nacional do MP Digital e da Comissão de Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
- Luiz Fernando Bandeira de Mello, ex-conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi coordenador do GT responsável por propor uma regulamentação do uso da IA no Judiciário;
- Laura Schertel Ferreira, coordenadora do Observatório Nacional de Cibersegurança, Inteligência Artificial e Proteção de Dados do Conselho Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
- Ricardo Antunes, professor titular de sociologia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e autor de livros publicados em 14 países, dentre as quais: "O privilégio da servidão", "Os sentidos do trabalho" e "Adeus ao trabalho?"
- Sandra Cristina Dias, coordenadora executiva da Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe);
- Eduardo Mendonça Couto. representante da Coordenação Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário nos Estados (Fenajud);

- Sérgio Amadeu da Silveira, professor de Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC (UFABC) e pesquisador-produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), também representando a Fenajud;
- Vânia Leal Nunes, coordenadora executiva da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Ministérios Públicos Estaduais (Fenamp);
- Dra. Luciana Jordão da Motta Armiliato de Carvalho, defensora pública-geral do Estado de São Paulo; e
- Guilherme Kirtschig, procurador do Trabalho do Ministério Público do Trabalho (MPT).

CINDRE - COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL / Anexo II, Plenário 15, 10h00

Reunião Deliberativa - **Tema**: Deliberação das indicações às programações da LOA 2025 oriundas de emendas.

PL 1706/2022 - Altera a Lei 12.608, de 10 de abril de 2012, para dispor sobre o envio de notificações de alerta e de orientações sobre desastres naturais à população em áreas de risco, por meio de ferramenta ou aplicativo do Sistema Nacional de Informações e Monitoramento de Desastres Naturais instituído no âmbito da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Item nº 9.
Autor: Danilo Cabral (PSB/PE)
Relator: Fausto Jr. (UNIÃO/AM)
Parecer: Pela aprovação deste, com substitutivo, e do PL 634/2023, apensado.

CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR / Anexo II, Plenário 08, 10h00

PL 494/2021 - Acrescenta o inciso XV ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para vedar ao fornecedor de produtos ou serviços a adoção de ferramentas de precificação dinâmica. Item nº 15.
Autor: Carlos Chiodini (MDB/SC)
Relator: Celso Russomanno (REPUBLICANOS/SP)
Parecer: Pela aprovação deste e dos PLs 1635/2024 e 2008/2024, apensados, com substitutivo.

PL 3947/2024 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de os fabricantes de aparelhos celulares alertarem os usuários sobre a possibilidade de danos à saúde. Item nº 24.
Autor: Duda Ramos (MDB/RR)
Relator: Aureo Ribeiro (SD/RJ)
Parecer: Pela aprovação.

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO / Anexo II, Plenário 04, 10h00

PLP 182/2025 - Dispõe sobre a redução linear de incentivos e benefícios federais de natureza tributária e estabelece a responsabilidade solidária de terceiros pelo recolhimento de tributos incidentes sobre a exploração de apostas de quota fixa. Item nº 4.
Autor: José Guimarães (PT/CE)
Relator: Mauro Benevides Filho (PDT/CE)
Parecer: Pela aprovação deste, na forma de Substitutivo.

PL 2853/2022 - Altera a Lei nº 14.166, de 10 de junho de 2021, e dá outras providências. Item nº 10.
Explicação: Trata da renegociação de operações de crédito contratadas a partir dos Fundos Constitucionais de Financiamento.
Autor: Júlio Cesar (PSD/PI)
Relator: Paulo Guedes (PT/MG)
Parecer: Pela aprovação deste, e do Substitutivo da CAPADR, com subemenda.

CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO / Anexo II, Plenário 05, 10h00

PL 2392/2023 - Acrescenta inciso ao art. 36, § 3°, da Lei n° 12.529, de 2011, para considerar como infração à ordem econômica o uso da posição dominante para, sem justo motivo, atrasar pagamentos a fornecedor ou financiador de bens ou serviços. Item nº 10.
Autor: Maria do Rosário (PT/RS)
Relator: Vander Loubet (PT/MS)
Parecer: Pela aprovação.

CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / Anexo II, Plenário 13, 11h00

PL 4400/2024 - Altera a Lei n° 9.610, de 1998, Lei de Direito Autoral, de modo a regular os direitos conexos relativos a conteúdo multimídia, gerado por algoritmo, altamente realista, da voz ou imagem de intérprete ou executante identificável e que simule sua participação em obra audiovisual ou fonograma. Item nº 2.
Explicação: Acrescenta dispositivos à Lei 9610/1998 para definir réplica digital e regulamentar o uso de réplicas digitais altamente realistas da voz, imagem ou outras características identificáveis de artistas em obras audiovisuais ou fonogramas.
Autor: Julio Lopes (PP/RJ)
Relator: Jandira Feghali (PCDOB/RJ)
Parecer: Pela aprovação, com emenda.

SUBSEMT - SUBCOMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DEBATER "O SETOR DO EMPREENDEDORISMO E O MERCADO DE TRABALHO" / Anexo II, Plenário 12, 11h30

Reunião - **Tema**: Instalação dos trabalhos

CESPO - COMISSÃO DO ESPORTE / Anexo II, Plenário 04, 13h00

Reunião Deliberativa - **Tema**: Deliberação da 14ª Ata das indicações às programações da LOA 2025 oriundas de emendas

CCOM - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO / Anexo II, Plenário 11, 14h00

PL 4260/2020 - Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para garantir a gratuidade do acesso aos conteúdos disponibilizados pela Justiça Eleitoral na internet durante o período eleitoral. Item nº 6.
Explicação: proíbe a suspensão ou redução de pacotes de serviços de telecomunicações de banda larga fixa e móvel por qualquer motivo durante o período eleitoral. Em caso de descumprimento, ficam as prestadoras dos serviços de telecomunicações sujeitas às sanções previstas na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.
Autor: Fernanda Melchionna (PSOL/RS)
Relator: Gervásio Maia (PSB/PB)
Parecer: Pela aprovação.

PL 2018/2022 - Acrescenta artigos e incisos à Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, para dispor sobre o licenciamento simplificado para a instalação de infraestrutura de redes de telecomunicações. Item nº 72.
Explicação: permite a possibilidade de delegação pela Anatel das atividades de verificação das qualificações jurídicas, técnicas e econômico-financeiras para fins de emissão do Selo de Qualidade, de maneira a facilitar o exercício do poder de polícia, prerrogativa exclusiva da Anatel. Tal selo consiste na verificação prévia dos requisitos formais necessários para que o requerimento obtenha a licença para instalar a infraestrutura de redes de telecomunicações pretendidas.
Autor: Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS/RR)
Relator: Cezinha de Madureira (PSD/SP)
Parecer: Pela aprovação deste, dos apensados, PLs 634/2020 e 2976/2023 e do Substitutivo adotado pela Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU), com Substitutivo.

PL 3501/2020 - Institui o Auxílio Internet. Item nº 74.
Autor: Felipe Carreras (PSB/PE)
Relator: Silas Câmara (REPUBLICANOS/AM)
Parecer: Pela aprovação deste, das Emendas 1/2024 e 2/2024 da CCOM, dos apensados, PLs 4136/2020, 4360/2020, 4449/2020, 4460/2020, 943/2021, 2774/2021, 3251/2021, 3376/2021, 1021/2022, 655/2023, 1367/2023, 2479 /2023, 2734/2023, e 3623/2023, e aprovação do Substitutivo da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF), com Substitutivo.

PL 5864/2023 - Dispõe sobre as relações de consumo entre consumidor e provedor de Rede Social, e dá outras providências. Item nº 75.
Autor: Romero Rodrigues (PODE/PB)
Relator: Silas Câmara (REPUBLICANOS/AM)
Parecer: Pela aprovação deste e do apensado PL 585/2024, com Substitutivo.

PL 2575/2025 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de provedores de aplicações de internet manterem representação legal no território nacional. Item nº 85.
Autor: Talíria Petrone (PSOL/RJ)
Relator: Gustavo Gayer (PL/GO)
Parecer: Pela rejeição.

PL 3205/2025 - Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para dispor sobre a proteção de crianças e adolescentes contra conteúdos prejudiciais na internet. Item nº 89.
Autor: Duda Ramos (MDB/RR)
Relator: Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF)
Parecer: Pela rejeição.

PL 3421/2025 - Dispõe sobre a classificação, rotulagem e regulação de conteúdos digitais com características hipersensoriais e potencial efeito viciante, e dá outras providências. Item nº 90.
Autor: Rogéria Santos (REPUBLICANOS/BA)
Relator: Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF)
Parecer: Pela aprovação deste, com Substitutivo.

PL 3451/2025 - Dispõe sobre medidas de segurança e transparência para sites de comércio eletrônico, com o objetivo de prevenir fraudes e golpes por meio de páginas falsas de vendas online, e dá outras providências. Item nº 91.
Explicação: Estabelece medidas obrigatórias de segurança, transparência e verificação de identidade para sites e plataformas de comércio eletrônico, com o objetivo de prevenir fraudes por meio de páginas falsas de vendas online. Cria o Sistema Nacional de Verificação de Identidade de Lojas Virtuais, sob a coordenação do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em parceria com o CGI.br, responsável por manter uma lista pública de domínios verificados, oferecer ferramenta gratuita de checagem de autenticidade e canal de denúncias. O descumprimento das normas sujeita os infratores às sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor, além de outras penalidades civis, administrativas e penais.
Autor: Amom Mandel (CIDADANIA/AM)
Relator: Ossesio Silva (REPUBLICANOS/PE)
Parecer: Pela aprovação deste, e da Emenda 1/2025 da CCOM, com substitutivo.

PL 4055/2025 - Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para dispor sobre a oferta de canais de denúncia de crimes de intimidação sistemática virtual (cyberbullying). Item nº 93.
Autor: Romero Rodrigues (PODE/PB)
Relator: Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF)
Parecer: Pela rejeição.

Quinta-feira (27/11)

OUTROS EVENTOS / Anexo II, Plenário 02, 09h00

Seminário - **Tema**: Dois Anos de Arcabouço Fiscal

SUBVAL - SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAR E PROPOR SUGESTÕES PARA A VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO / Anexo II, Plenário 10, 10h00

Audiência Pública - **Tema**: Contratação Temporária de Professores nas Redes Públicas de Ensino
Convidados:

- Marlei Fernandes, vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE);
- Representante do Conselho Nacional de Educação (CNE);
- Representante da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC);
- Alice de Araújo Nascimento Pereira, secretária-adjunta do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE);
- Representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Unidime);
- Giuliana Volfzon Mordente, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e

- Tassiana Beatriz de Oliveira Santos, professora de Educação Infantil Mestre em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

SENADO FEDERAL

PLEN – PLENÁRIO / Plenário do Senado Federal

Quarta-feira (26/11), 14h00

PL 4635/2024 - Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e a Lei nº 14.173, de 15 de junho de 2021, para prorrogar até 31 de dezembro de 2030 os benefícios tributários relativos às taxas de fiscalização de instalação e de funcionamento, à Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública e à Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine) incidentes sobre estações de telecomunicações integrantes de sistemas de comunicação máquina a máquina e estações satelitais de pequeno porte. Item nº 1.
Explicação: Prorroga até 31/12/2030 os benefícios tributários relativos às Taxas de Fiscalização de Instalação e Funcionamento, à Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP) e à Condecine incidentes sobre estações de telecomunicações e estações satelitais de pequeno porte (VSATs) que integrem sistemas de comunicação máquina a máquina (IoT).
Autor: Vitor Lippi (PSDB/SP)
Relator: Pendente
Parecer: Pendente

Quarta-feira (26/11)

CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 09h00

PL 2759/2024 - Dispõe sobre a utilização dos recursos das emendas parlamentares individuais do tipo transferências especiais, previstas no art. 166-A da Constituição Federal, e dá outras providências. Item nº 15.
Explicação: Amplia a transparência e a eficácia da utilização dos recursos das emendas parlamentares individuais do tipo transferências especiais, além de viabilizar sua fiscalização pelos tribunais de contas.
Autor: Vanderlan (PSD/GO)
Relator: Delegado Alessandro Vieira (MDB/SE)
Parecer: Pela aprovação, nos termos da emenda substitutiva que apresenta, e por sua reautuação como Projeto de Lei Complementar.

CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 10h00

PL 5473/2025 - Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para dispor, respectivamente, sobre alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em relação às fintechs e sobre o aumento da participação governamental na arrecadação líquida das apostas de quota fixa; e institui o Programa de Regularização Tributária para Pessoas Físicas de Baixa Renda (Pert-Baixa Renda). Item nº 1.
Autor: Renan (MDB/AL)
Relator: Eduardo Braga (MDB/AM)
Parecer: Pela aprovação, com emendas.

PLP 223/2023 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a fim de dispor sobre a prorrogação do prazo para o recolhimento de impostos pelas microempresas e empresas de pequeno porte, em razão de decretação de estado de calamidade pública estadual ou distrital. Item nº 2.
Autor: Julia Zanatta (PL/SC)
Relator: Izalci (PL/DF)
Parecer: Pela aprovação, com emendas.

PL 4443/2025 - Dispõe sobre a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. Item nº 4.
Autor: Renan (MDB/AL)
Relator: Esperidião Amin (PP/SC)
Parecer: Pela aprovação, nos termos do substitutivo apresentado.